



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0015072-27.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve**
 Documento de Origem: **IP - 432/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Eduardo José Cortez**
 Vítima: **Nayara Oliveira Pereira**

Aos 01 de julho de 2014, às 17:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Eduardo José Cortez, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi o réu interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da vítima, não localizada, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Drº PROMOTOR:**“MM. Juiz: EDUARDO JOSÉ CORTEZ, qualificado as fls.11, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP e artigo 147 do CP, porque em 13.06.2013, por volta de 20h30, na Avenida Doutor Teixeira de Barros, em uma praça, Vila Prado, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de Nayara Oliveira Pereira, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.09. Consta ainda que ameaçou a vítima de morte, prevalecendo-se o agente das relações domésticas. A denúncia foi recebida em 26.08.2013 (fls.19). O réu foi citado as fls.32 e apresentou resposta a acusação as fls.39/45. Nesta oportunidade foi interrogado o réu. É o breve relatório. Encerrada a instrução, a ação penal deve ser julgada improcedente. A vítima não foi localizada e os elementos de prova colhidos na fase administrativa, não são aptos para embasar o decreto condenatório, pelo que requeiro a absolvição do réu. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: MM. Juiz: em comum com o Ministério Público pela absolvição do réu, observando a falta de provas em juízo e a regra contida no artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“EDUARDO JOSÉ CORTEZ, qualificado as fls.11, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP e artigo 147 do CP, porque em 13.06.2013, por volta de 20h30, na Avenida Doutor Teixeira de Barros, em uma praça, Vila Prado, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de Nayara Oliveira Pereira, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.09. Consta ainda que ameaçou a vítima de morte, prevalecendo-se o agente das relações domésticas. Recebida a denúncia (fls.19), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.46). Nesta audiência foi o réu interrogado. Houve desistência pelas partes da inquirição da vítima, não localizada. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, *“a vítima não foi localizada e os elementos de prova colhidos na fase administrativa, não são aptos para embasar o decreto condenatório, pelo que requeiro a absolvição do réu”*. De fato, sem prova em juízo não é possível a apuração devida, sem a responsabilização judicial, observando-se a incidência do artigo 155 do CPP. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Eduardo José Cortez com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):